



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 10 DE DEZEMBRO DE 2011

**Presidente:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. José Diogo

**Secretários:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. António Ramos

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente deu início à reunião às 9 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à apreciação, na especialidade, do orçamento da Secretaria de Estado para Juventude e Desporto. Fizeram uso da palavra além do Secretário do Estado para Juventude e Desporto (Abnildo Oliveira), o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos), Ministro das

Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), os Srs. Deputados Gil Costa (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Sebastião Santos (PCD), Domingos Boa Morte (ADI) e Alexandre Guadalupe (ADI).

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 10 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Alexandre** da Conceição **Guadalupe**  
**José** da Graça **Diogo**  
**José António** Sacramento Miguel  
**Octávio** da Costa de **Boa Morte** Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**António** Neves Sacramento **Barros**  
**António** da Trindade Afonso **Ramos**  
**Dionísio** Fernandes **Leopoldino**  
**Gaudêncio** Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Gil** Mascarenhas **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço o especial favor de hoje acelerarmos um pouco os trabalhos, porque para além de ser sábado, as pessoas têm os seus afazeres.

Não vou prolongar mais e convido o Sr. Secretário de Estado para Juventude e Desporto a fazer a sua introdução.

O Sr. **Secretário do Estado para Juventude e Desporto** (Abnildo Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

O orçamento que temos para a Secretaria de Estado foi projectado e dentro da nossa visão daquilo que é política do Governo para a área da Juventude e Desporto. Entendemos que é um orçamento possível e realista e vai ao encontro dos projectos que temos para 2012. Portanto, tenho a honra de apresentar esse orçamento e submeto-o à consideração dos Srs. Deputados, pois gostaríamos de colher mais sensibilidades e contributos para a sua execução.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos debates. Agradecia aos Deputados que tenham, por ventura, ideias e contribuições que queiram dar para poderem se exprimir. Está aberta a inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Bom dia Sr. Presidente, bom dia Srs. Ministros e todos os Srs. Deputados.

Intervento para pedir alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado com relação a algumas obras que estão em curso a nível da Secretaria de Estado para Juventude e Desporto.

Eu soube que se falava muito da conclusão da reabilitação do edifício onde funciona o Instituto da Juventude, a reabilitação do Estádio Nacional 12 de Julho, particularmente a colocação da pista de Tartan. A reabilitação do Parque ex-Snécia deve aparecer aqui, está inscrita no orçamento, mas pelo menos essas duas que eu referi atrás, gostaria de ouvir do Sr. Secretário de Estado qual é o ponto da situação, porque é que não aparecem, se elas já foram concluídas ou não.

O Sr. **Presidente**: — Há mais algum Sr. Deputado que queira intervir? Vamos acumular uma série de perguntas e depois o Sr. Secretário de Estado irá responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados e Srs. Colaboradores, bom dia a todos.

Sr. Secretário de Estado, tenho uma dúvida porque vejo aqui duas rubricas: «transferência para a federação e clubes» e «transferência para a federação e clubes participantes». Primeira pergunta, qual é a diferença que há nessas duas transferências?

A segunda preocupação minha é que sendo eu também alguém que já foi por muito tempo dirigente desportivo, o que tenho notado é que ultimamente, pelo menos a nível da Região Autónoma do Príncipe,

normalmente falo do que sei, os clubes não têm recebido um centavo sequer. É por isso que eu gostaria que o Sr. Secretário me desse uma explicação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há aqui uma rubrica «Direcção de Gestão e Infra-estruturas Desportivas, funcionamento e manutenção». Sou presidente de um clube e lá fazemos tudo, até capinação. Por isso, gostaria de saber se essa manutenção vai beneficiar também os clubes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos prosseguindo.

Se não houver mais perguntas, vou pedir ao Sr. Secretário de Estado para prestar alguns esclarecimentos.

O Sr. **Secretário de Estado para Juventude e Desporto**: — Sr. Presidente, vou começar por responder à preocupação do Sr. Deputado António Ramos. Dentro da organização desportiva, o Estado tem o seu papel. Para além de regulador, também é aquele que define a política do desporto. Quando entramos na execução desta mesma política, cabe às federações implementarem essas políticas junto aos clubes. As infra-estruturas são pertenças dos clubes e cabe aos respectivos clubes diligenciarem para as proteger. O Estado tem responsabilidades com as infra-estruturas adstritas que estão sob a sua tutela. Neste caso, o Estádio Nacional é uma infra-estrutura do Estado, o Parque ex-Snécia também. Portanto, em termos de infra-estrutura desportiva, o que está sob a tutela do Estado requer a sua atenção. Quanto aos outros campos desportivos, cabe aos clubes diligenciarem e fazerem a sua manutenção.

Quanto à preocupação do Sr. Deputado António Barros, temos aqui duas rubricas, uma que faz referência à transferência para a federação e clubes e outra para clubes e praticantes. Tem sido política do Estado, nesses anos todos, participar, dentro das suas possibilidades e tendo em conta os seus limites, dar um certo apoio ao desporto, nomeadamente às federações. Portanto, o parceiro do Estado na implementação da política do desporto é a Federação, logo, anualmente o Estado faz um esforço de conceder algum apoio, por mais básico que seja, às federações, mas quero informar que esses apoios, nunca aconteceu e não é agora, não vão directamente aos clubes. No sistema antigo sim, mas no nosso sistema, tendo em conta a nossa lei, achamos que não entra, pelo menos no contexto actual. Não é o Estado que vai financiar todos os clubes. Os interlocutores directos na política do desporto são as federações e não os clubes.

Agora, existe o desporto de federados e o desporto de praticantes. O desporto de federados é das federações e o desporto dos praticantes são todas as manifestações desportivas que acontecem no País que não estão inscritas nas federações. Essas federações, na política do Governo em termos de massificação, também devemos ter algum suporte em termos de participação. Aí, cabe à Direcção do Desporto essa verba para fazer a sua gestão e dar algum apoio.

Portanto, é essa explicação que eu tenho a dar. A diferença é que há o desporto de praticantes que não são federados, mas que precisam também de certo apoio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, há um ponto de ordem que vai ser colocado pelo Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — A minha dúvida é que aqui está «participantes».

O Sr. **Secretário de Estado para Juventude e Desporto**: — Tem razão, reconheço que é um erro. É «praticantes» e não «participantes».

Quanto à preocupação do Sr. Deputado Gil sobre as obras, as obras foram inscritas para a execução do orçamento de 2011. Quanto ao Estádio Nacional, a obra está em bom curso, não sei se o Sr. Deputado visitou ultimamente o Estádio. Os balneários foram todos requalificados, todo o sistema, faltando apenas a colocação da pista de Tartan.

A empresa que está a executar a empreitada já recebeu duas tranches, falta apenas a última transferência, e vai receber ainda este ano.

Portanto, não inscrevemos isso no orçamento e quanto à questão de prazos estamos a observar, mas a pista será colocada, segundo a empresa, dentro de 2 meses, o mais tardar. No que respeita à obra do Instituto da Juventude, é uma obra que foi atribuída a uma empresa desde 2005, a empresa EGECON, que começou o processo de reabilitação, não concluiu e por questão de vandalismo, algumas intervenções efectuadas no edifício conheceu também actos praticados por pessoas de má conduta.

Quando inscrevemos a reabilitação do Instituto, estávamos convictos de que se pudesse efectivar e seria um pouco contra-senso da nossa parte retirar a obra da empresa que já tinha feito a execução e dar à empresa que não tinha recebido.

O Sr. Deputado Gil foi Director de Gabinete do Ministério da Comunicação Social, sabe que a empresa executou a obra e não tinha recebido pela intervenção que fez e nós achamos por bem que a empresa

podia continuar a fazer a intervenção. Quando pedimos à empresa um orçamento que pudesse acabar a obra, foi-nos apresentado um tecto, mas no nosso ponto de vista o tecto foi muito alto, tendo em conta a nossa disponibilidade para este ano. A empresa apresentou-nos um tecto de 5 mil milhões e era insuportável. Daí que pedimos à empresa que fizesse uma contraproposta e o prazo que a empresa levou para apresentar essa contraproposta só entrou recentemente e estamos a dar diligências a ver se ainda podemos fazer a execução.

É esta a informação que eu posso passar quanto à questão do Instituto da Juventude.

Parque ex-Snécia também é uma obra que foi adjudicada desde 2009, o Sr. Gil sabe. De lá para cá a empresa que ganhou o concurso não deu nenhum passo. Nós chamámos a empresa, fizemos um esforço e já fizemos o primeiro pagamento, 30% do custo da obra, e ela começou a execução da obra. Por essa razão, para 2012, só vem inscrita a verba para a conclusão da obra de reabilitação do Parque Popular.

Portanto, são estas informações que eu posso passar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Caríssimos Deputados, bom dia.

Sr. Secretário de Estado, temos uma proposta quanto à proposta do Governo relativamente à verba para apoio ao empreendedorismo juvenil e fá-la-emos quando discutirmos com o Sr. Ministro das Finanças. De qualquer forma, era para dizer que tal como fizemos relativamente ao Ministério do Plano com a verba para apoio ao sector privado, a mesma proposta será avançada, quando for o momento da discussão com o Sr. Ministro das Finanças. De qualquer forma, a nossa proposta será no sentido de redução dessa verba de apoio ao empreendedorismo juvenil e reafectá-la a algumas outras actividades que entendemos também serem de grande prioridade.

Era só para esclarecer que vamos fazer uma proposta no sentido de se fazer alguma redução e tal como aconteceu com o Ministério do Plano e Desenvolvimento, discutiremos com o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Eu gostaria de pedir ao Sr. Deputado Gaudêncio que nos apresentasse o argumento da retirada ou da redução dessa verba. Repito, queremos saber qual é o argumento que os Deputados têm para que essa verba seja reduzida ou retirada da Secretaria do Estado para Juventude.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado para Juventude e Desporto**: — Srs. Deputados, nós estamos abertos a contribuições. Subscrevo a proposta do Sr. Ministro, gostaríamos de ter um argumento convincente, tendo em conta que o País é maioritariamente jovem, 78% da população, e enfrenta quatro problemáticas: habitação, emprego, formação e integração social. Entendemos que tendo em conta as expectativas da juventude hoje, tendo em conta também a sensibilidade dos nossos parceiros, achamos que é urgente termos uma visão para a juventude. Acho que mesmo o Sr. Deputado Gaudêncio é jovem e gostaríamos de ter um argumento mais convincente para retirar essa verba ou diminuí-la, porque achamos que não é suficiente, tendo em conta o nosso projecto. Não é suficiente, mas é um bom passo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós sabemos muito bem que existem diversos problemas ao nível da juventude, mas também sabemos que o nosso país padece de uma gestão deficiente dos recursos. Temos problemas e não queremos, de maneira nenhuma, atribuir responsabilidades a um sector. Conhecemos as carências de outros sectores, eu como funcionário da Direcção dos Transportes conheço as carências desse sector e falar de dinheiro e de gestão, e por longa experiência que temos dos diversos créditos concedidos e tendo em conta a situação que hoje se vive, há necessidade de entregar a organismos que têm mais experiências e já demonstraram que são a espinha dorsal do Governo.

Não vamos, de maneira nenhuma, dizer que não queremos que os jovens tenham iniciativa. Na minha zona há muitos jovens que construíram as suas casas, têm campo, etc., mas são três em 100% e há necessidade de fazer essa selecção. Queremos que ganhem experiência, portanto, para serem como a Direcção de Finanças neste sentido. É, no meu entender, esta visão.

O Sr. **Presidente**: — Há mais Deputados que queiram intervir?  
Tem a palavra o Sr. Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ao fazermos esta proposta, não significa que não reconheçamos o potencial que existe no seio da juventude. O que estamos a propor não é que esta verba de 17 mil milhões seja reduzida. Ela será acrescentada à verba que foi já aprovada para o Ministério das Finanças.

Como disse e muito bem o Sr. Secretário de Estado, a nossa população é maioritariamente jovem (70%) e não queremos acreditar que o crédito que vai ser dado de 1 milhão de dólares e que vai ser acrescido com o remanescente que vamos propor vai beneficiar todos os jovens. O que estamos a sugerir é que o empreendedorismo juvenil tenha sempre lugar, esteja o crédito onde ele estiver. Não queremos acreditar que o acesso a outro crédito esteja vedado aos 70% da população que é jovem. Portanto, a proposta que vamos apresentar foi trabalhada por nós, não é dogmática, é evidente que podemos discuti-la.

Quero só dizer aos Srs. Deputados que, ao contrário daquilo que alguns dos Srs. Deputados disseram, não fazemos propostas à toa ou irresponsáveis. Não. Nós analisamos as questões, tanto é que quando formos discutir com o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, vamos com ele ver a reafecção dessas verbas e certamente os Srs. Deputados aplaudirão a afectação de algum remanescente que vamos fazer dessa verba do empreendedorismo juvenil.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, bom dia.

Acho que a justificação dada pelo Sr. Secretário de Estado é suficiente em relação ao objectivo que se preconiza com esse apoio ao empreendedorismo juvenil. Tal como a outra linha de crédito que também estava ou está no Ministério do Plano e Desenvolvimento, isso não será uma verba disponível para executar despesas. Vai ser uma linha de crédito para ser colocada no banco para que o sector privado tenha acesso, de modo a realizar os seus investimentos. A ideia de se colocar aqui na Secretaria e Estado da Juventude é para mostrar o grupo alvo. Nós queremos direccionar esse montante para a juventude. Eu não estou contra que os Srs. Deputados façam a reafecção dessa verba, mas posso avançar já que se fizermos a reafecção não vamos conseguir executar, porque o Governo negociou com o parceiro e há uma linha de crédito de 2 milhões de dólares, crédito comercial para colocar no banco, para que os empreendedores tenham acesso. Portanto, se fizerem a reafecção da verba, eu não vou conseguir executar, porque o parceiro não me vai dar essa verba para eu financiar o meu orçamento, na execução de despesas. Vai me dar verba sim para eu colocar como uma linha de crédito para que o sector privado tenha acesso. Por isso, quero chamar a atenção dos Srs. Deputados que se fizerem a realocação não haverá execução, da forma como estão a pretender, porque isso não é um crédito que estamos a ir buscar para financiar as despesas do orçamento. É uma linha de crédito para colocarmos no banco para o sector privado ter acesso. A ideia de colocar uma parte aqui na Secretaria de Estado é para identificar o grupo alvo. Por isso, quero chamar atenção dos Srs. Deputados que quando fizerem essa reafecção não vai passar de uma mera afectação e não terá execução, porque já há um acordo com os doadores e essa linha de crédito não é para financiar despesas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Caríssimos Deputados, pedi a palavra para felicitar o Sr. Ministro das Finanças, porque é a primeira vez que vejo um ministro das finanças tão solidário com os seus colegas em termos de afectação de verbas.

O que sempre assisti aqui é que o Ministério das Finanças puxa para si a gestão de quase toda a verba. É por isso sim que quero felicitar-lhe, mas quero dizer ao Sr. Ministro que fiquei perplexo com parte da sua intervenção. A linha de crédito para o sector privado não tem que entrar necessariamente no OGE. Desculpe lá! O Governo negocia a linha de crédito através de um banco comercial.

*Murmúrios.*

Eu disse que não tem que entrar necessariamente. Atenção com o português. Estar no OGE, porque há outros mecanismos e o senhor sabe disso. O Governo pode negociar a linha de crédito e através de bancos comerciais cada elemento que tiver interesse se dirige ao banco sob condições prévias, negociada entre os parceiros.

O Governo diz que vai contrair um empréstimo de 2 milhões de dólares, até levantámos a questão de saber em que condições.

**Uma Voz**: — O quê.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Levantou-se essa questão mesmo ao nível da 1.<sup>a</sup> Comissão e levantou em Plenário. O Governo fez-se de surdo.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Não entendi.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Fez-se surdo, porque não explicou qual era a condição dessa linha de crédito e hoje vem dizer-nos que essa linha de crédito é para a rubrica a), b), ou c). Não. O Governo tinha tempo para explicar, não é agora na discussão na especialidade.

*Protestos do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.*

Sr. Ministro, pode pedir a palavra e estarei disponível para responde a qualquer questão que o senhor tiver.

Na especialidade discute-se itens por itens, rubrica, por rubrica. A explicação do Sr. Ministro pode ter algum cabimento. Ninguém está a dizer que não se quer apoiar o empreendedorismo juvenil. A nossa sociedade é toda ela jovem.

Quando se fala em apoio ao sector privado, os jovens estão de fora? Então este apoio ao sector privado é para quem, se a sociedade no seu todo é jovem? Quando estamos a falar de empreendedorismo juvenil, estamos a direccionar a quem se a sociedade é toda ela jovem?

Quando fizemos a proposta de transferir esta verba que estava no Ministério do Plano e Desenvolvimento para o Ministério das Finanças, que é apoio ao sector privado, do mesmo modo, está-se a propor que a verba para o empreendedorismo juvenil passe para as Finanças.

Achamos que existem alvos mais prioritários, porque isto é um problema, como dizia, da transversalidade. Se estamos a ver as quatro questões que o Sr. Secretário de Estado apresentou, não é só isso, há muito mais que afecta os jovens, que afecta a sociedade no seu todo. Falar dos jovens é falar da sociedade são-tomense. Daí que vemos algumas prioridades.

Se o Sr. Ministro disse que a proposta de reafecção vai ser uma mera proposta, mas não vai ser executada. Está bem. O senhor é que vai executar o orçamento, no fim apresenta o relatório a dizer que não foi feito por razões a), b) ou c). A proposta dos Deputados foi apresentada e vai ser submetida ao veredicto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Finanças.

O Sr. **Ministro de Plano, Finanças e Cooperação Internacional**: — Quem me conhece sabe que tenho uma postura de explicar as coisas e não me deixo ludibriar pelas coisas. Tenho e já tivemos casos aqui de reafecções de verbas que já eram verbas negociadas com parceiros que não passaram de mera reafecção. O parceiro continuou com o acordo que tem e disponibilizou a verba de acordo com aquilo que assinou inicialmente e não de acordo com aquilo que estava no orçamento. Não estou contra a posição do Sr. Deputado, só chamei atenção que pode e vai acontecer uma situação dessa. Vi aqui algumas afecções que são feitas para questões que os Deputados acham que vão ser realizadas e no momento de execução não se conseguiu fazer a execução. Eu poderia dizer: «está bem, façam as reafecções» e no momento da execução o dinheiro não estaria de acordo com aquilo que foi reafectado e não se executaria.

Se o Sr. Deputado acha que não, que se deve fazer a reafecção mesmo assim, não está aqui quem falou, mas gostaria que ficasse bem explícito também no relatório da 2.<sup>a</sup> Comissão que houve essa explicação da parte do Ministro em relação a essa questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não é novidade que ao longo desses dias, nesses debates, o que tem sido feito em quase todos os sectores é a redução da verba relacionada com missões no exterior. A sua Secretaria não será diferente, por isso gostaria de propor à mesa que em relação a esta rubrica se mantenha também o tecto do orçamento do ano em curso para o ano 2012.

É uma proposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não quero estar em diálogo permanente acerca de uma questão que julgo não carecer disso, mas o Sr. Ministro, tal como muitos outros que já passaram pelo governo, sabe que aquilo que disse não é toda verdade. Sobre acordos, formas de afectar verbas para um determinado objectivo, se durante o percurso verificar que há necessidade de se alterar estes objectivos, é uma questão de vontade, de querer fazer. Se o Governo na verdade não está interessado em alterar aquilo que negociou, não está interessado em negociar com o doador, porque isso não é doação, então não fará.

Por exemplo, quando se negociou uma verba extra cooperação, de 25 milhões de dólares, havia um memorando de entendimento assinado. No entanto, durante o percurso esse mesmo memorando foi

totalmente alterado e afectado a outros projectos. Tudo depende daquilo que são objectivos do Governo e vontade de fazer. Querendo, tudo é possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A minha preocupação relativamente a questão em discussão prende-se com um aspecto legal. Quando se vem com uma proposta de OGE, como o próprio nome diz, quer dizer susceptível de ser alterado. Quando nessa proposta existir um contrato de um empréstimo o Governo, no mínimo, deve trazer esse acordo de empréstimo, sobre tudo com fins de crédito, porque é um crédito que está a negociar para o sector privado. Nas vésperas da aprovação da OGE deve trazê-lo para que a Assembleia Nacional se aquilate das condições deste acordo.

Gostaria, já que estamos nesse quadro de apreciação, que nos fornecesse o acordo desse empréstimo para pronunciarmos sobre as suas condições, porque podemos não estar de acordo.

O que o Sr. Ministro está a dizer-nos é que já tem o contrato do empréstimo feito, para que seja irrenegociável. Mesmo assim, pode ser, faz-nos chegar rapidamente esse acordo para analisarmos. Estamos justamente nesse quadro, porque o Governo negocia os acordos.

**Uma Voz**: — E assina.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Quando estou a falar negociar, o Sr. Ministro sabe muito bem do que estou a falar. Trabalhamos muito tempo juntos nesta Casa. O facto de o Governo negociar um acordo e assinar não implica imediatamente o engajamento do Estado são-tomense como tal para que entra em vigor. Tanto mais que existe muitas outras coisas dos acordos que devem estar claras.

O Governo negocia, a Assembleia ratifica e o Presidente da República promulga. Traga o acordo para que a gente ratifique.

**Uma Voz**: — Não, isso não é para ratificar. Acordo de empréstimo é aprovado e promulgado.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — É aprovado. Traga para que a Assembleia aprove, é apenas isso que estamos a dizer. Estamos justamente na sede dessa discussão, traga.

**Uma Voz**: — Não traga nada.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, há alguns Deputados que prestariam um melhor serviço à Nação se se mantivessem calados em alguns momentos.

Estamos em sede de discussão, cada Deputado deve levantar-se e não ter medo. Têm medo dizer as coisas de forma clara, aberta e assumida. Há Deputados aqui na sala que querem dizer alguma coisa, ouvi ruído. Eu quero ouvir de forma clara, assumida e vamos debater, mas não debato com ruídos, com medo. Coloco as coisas com clareza. Se o Sr. Deputado quiser dar uma ordem ao seu Governo, o seu Grupo Parlamentar sustenta o Governo, dê essa ordem claramente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, evitemos esse tipo de comentários.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, perdão. Cabe ao Sr. Presidente conduzir os trabalhos. Essa deve ser a tarefa do Sr. Presidente, chamar atenção *a montante*, não *a jusante*.

O Sr. **Presidente**: — Cada vez que há algum ruído sempre chamo atenção, tenho feito isso. Só peço para nos limitarmos à matéria em discussão.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Perfeitamente, eu estou nesse aspecto.

Proposta concreta, já agora: que o Sr. Ministro nos traga o acordo de empréstimo assinado para apreciarmos aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Gostaria de lembrar uma questão que não faz parte desse debate, mas seria bom vermos bem em que condições os acordos são enviados para a Assembleia, para serem ratificados.

Lembro-me que em Fevereiro de 2009 eu e o Sr. Deputado Sebastião Santos éramos membros da 1.<sup>a</sup> Comissão. O Governo na altura negociou um acordo de 10 milhões de dólares com Angola.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Não se fala do passado.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Cala a boca.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Boa Morte, esta a decorrer a sessão, escusemo-nos de estar a perturbar as intervenções. Vamos conduzir o nosso debate com a tranquilidade necessária.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Na altura, na 1.<sup>a</sup> Comissão, havíamos dito que, tendo em conta o volume do empréstimo, seria bom que a Assembleia pudesse analisar, antes de conhecer os termos do acordo daquele empréstimo. A argumentação do governo na altura, lembro-me, foi que o Governo negocia e assina os acordos e, tratando-se de um empréstimo, a Assembleia podia, no âmbito regimental, pedir esse acordo para verificação ou ratificação. Foi o que fizemos naquela altura. Pedimos, inclusive lembro-me que fiz um requerimento à plenária para análise do acordo e o requerimento foi rejeitado, a maioria ditou.

Levanto essa questão por uma simples razão. Não gostaria de contrariar aquilo que o Sr. Deputado Sebastião Santos disse, mas só para analisarmos as justificações que muitas vezes os governos apresentam ao Parlamento.

Tivemos vários casos na legislatura passada e naquela altura tomava-se em conta a justificação do Governo, perante uma responsabilidade que o Governo assumiu em nome do Estado da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

É neste âmbito que gostaria de dizer que se a Assembleia quiser ver o acordo tem os trâmites próprios para pedir. Não estamos a dizer que não vamos enviar o acordo de empréstimo de 2 milhões de dólares negociado com a República taiwanesa, mas estamos a dizer que a reafecção dessa verba para outros fins pode pôr em causa essa negociação.

Já tivemos também exemplos de linhas de créditos, meus senhores, que não vale a pena aqui dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para Juventude e Desporto.

O Sr. **Secretário de Estado para Juventude e Desporto**: — Sr. Presidente, tomo a palavra para fazer uma reflexão, porque houve uma intervenção.

Sr. Deputado António Ramos, sou como Sócrates, não o antigo Primeiro-Ministro de Portugal, mas o da antiga Grécia. A única coisa certa é que «só sei que nada sei». Quero dizer ao Sr. Deputado e aos demais Deputados que todas as experiências não são iguais e a pior coisa que um homem pode fazer é subestimar o outro. Se as experiências antigas resultaram em fracasso, quero dizer que connosco pode ser diferente. Com o devido respeito que tenho para com todos os Deputados, até fico satisfeito com o nível do debate, das intervenções e das contribuições, mas modéstia à parte até agora não vi um argumento que justificasse. Como advogado da juventude neste momento, não vi até agora um argumento que justificasse a reafecção, a diminuição ou outra coisa qualquer dessa verba.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caros Deputados, quase que me via ultrapassado, mas é só para repisar que as contribuições têm sido validas, até então, mas continuo a dizer que à semelhança do que fizemos com outros ministério, nomeadamente o da Defesa e da Educação, onde pudemos considerar as justificações dos ministros, que assim fizessemos para todos os outros ministérios.

O Sr. Ministro das Finanças teve um argumento válido, acredito eu. É do meu entendimento que se os nossos parceiros nos concedem empréstimo para determinados fins, nesse caso para o empreendedorismo juvenil, acredito que para que esse objectivo seja cumprido é preciso que de facto essa verba seja afecta à Secretaria do Desporto.

Quer dizer que se reafectarmos essa verba para outro Ministério, deverá desvirtuar, no meu entender, o objectivo para que a verba foi inicialmente direccionada. E porque, segundo o argumento do Sr. Ministro das Finanças, isso poderá comprometer a execução desta verba, acredito que para o bem dos objectivos do Governo devemos trabalhar no sentido de que a verba mantenha-se nesta Secretaria. É apenas uma sugestão.

Respondendo ao Sr. Deputado que acabou de referir que os acordos de empréstimos devem ser avalizados pela Assembleia Nacional, quero dizer que respeito a sua experiência, mas é verdade que a nossa Constituição, no artigo 111.º, alínea e) diz claramente: «Compete ao governo negociar e concluir acordos e convenções internacionais».

Não sei se há leis que possam se sobrepor a esta.

É a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, pegaria na última parte da intervenção que diz: «Compete ao governo negociar». Foi o que eu disse e o Sr. Ministro voltou a dizer-me que tem que assinar. Quer dizer que tem que concluir e a conclusão da negociação é com a assinatura pelo Governo de acordos e convenções internacionais. Ninguém está a tirar esta competência ao Governo, só que há outra. O Governo tem competências, mas a Assembleia tem as suas, o Presidente da República tem as suas, os Tribunais têm e vamos ver as competências de cada um. O que estou a dizer é o que a lei manda. O Governo conclui os acordos, a Assembleia tem um papel e o Presidente da República tem outro, porque só assim entra na ordenação jurídica de São Tomé e Príncipe.

Quanto à questão que foi posta pelo meu amigo, é meu amigo porque trabalhamos durante muito tempo juntos e tivemos discussões e debates calorosos, e ainda bem, houve um pedido e a própria comissão provavelmente, não me lembro muito bem, deve ter recusado o pedido. Quer dizer, o pedido morreu na própria comissão. Não é este o caso, mas a partir de que o pedido tivesse sido expedido posteriormente, no passado nós fizemos o nosso papel. Garanto que não era no quadro da discussão do OGE, não era neste quadro. Hoje o papel está invertido neste momento. Quem nos apresenta a proposta do orçamento é o Governo. Para quê? Para que a Assembleia aprove o orçamento. É do interesse do Governo convencer a Assembleia das necessidades que tem e com os argumentos. Deveria ser inclusive o papel do Governo neste caso trazer já o acordo. Por isso, é que já não há outros expedientes a fazer se nós estamos na sede da Comissão. De trazer os documentos todos que a Comissão precisa para a análise do OGE. É justamente neste preciso momento que o Governo quer incorporar o acordo de empréstimo que fez no OGE e quer que a gente dê autorização sem saber o que foi negociado. É esse o problema. É que o empréstimo está a ser incorporado no OGE e nós estamos a discuti-lo. Querem que passemos um cheque em branco e por isso é que estamos a pedir que este é sede e quadro próprio. É do interesse do Governo convencer lá em casa e é preciso ter noção das coisas. Quando os meus filhos querem pedir para ir passear ou fazer alguma coisa, desde manhã cedo começam a fazer as coisas muito bem-feitas para convencer o pai a autorizá-los a sair. Não quero colocar a questão no sentido de o Governo ser filho e a Assembleia ser pai. Não é nesse sentido que quero levar as questões, mas quero dizer que sendo a Assembleia um órgão que aprova o orçamento, tem o direito, até eu diria obrigação, de se aquilatar de tudo quanto está a deixar no orçamento para execução do Governo. O Governo é mero executor do OGE. O dinheiro, grosso modo falando, é da Assembleia porque é ela que representa o povo. É à semelhança daquilo que se faz nas empresas. Há um conselho de administração que prepara o orçamento, mas há uma assembleia-geral dos accionistas. Eles é que aprovam ou não o orçamento que o conselho de administração apresenta e cabe a ela convencer a assembleia dos accionistas a aprovarem este orçamento. E o que está a acontecer. A assembleia dos accionistas está a pedir que lhe tragam um determinado documento que é o acordo de empréstimo.

O Sr. **Presidente**: — Eu só gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que estamos a discutir na especialidade e o que vejo ao nível do Regimento é que devemos cingir-nos à discussão na especialidade, item por item, em consonância com o que vem no Orçamento.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Item por item, estamos na especialidade.

**Vozes do MLSTP e do PCD**: — Sim, sim!

O Sr. **Presidente**: — Bem, escuso-me de fazer comentários. Eu só estou a fazer um apelo neste sentido, mas estamos a discutir a verba inscrita no orçamento. Estamos aqui a pedir coisas para além do que temos regimentado.

**Uma Voz**: — Está-se a falar de verba.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Deputado, eu acho que os Srs. Deputados, pela experiência e pelo tempo que têm na Assembleia, têm um conhecimento vasto sobre o orçamento e não só. Por isso têm argumentos muito fortes para contrariar ou para sustentar as suas posições. Eu também, pela experiência e pelo tempo que tive como técnico e agora como Ministro das Finanças, também tenho argumentos e experiência suficiente para fundamentar as minhas propostas.

Ora bem, o Sr. Deputado disse que tenho que trazer o acordo e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares já disse para fazerem os expedientes para no momento próprio apresentarmos os acordos. Eu não estou contra isso. Agora, tecnicamente, o que é orçamento, Sr. Deputado?

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Não me faça essa pergunta, porque o senhor é Ministro e eu sou Deputado.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Desculpe lá! Eu retiro esse comentário e essa pergunta, mas só gostaria de acrescentar e agora vou à questão concreta. Pela natureza desse empréstimo, o Governo está a negociar e a acordar com o parceiro e não é possível financiar uma despesa que pela sua natureza não é um crédito concepcional. É uma linha de crédito comercial que vai ser posta no banco para ser emprestado ao sector privado e depois este é que vai pagar os juros resultantes desse empréstimo.

Bom, só quero que os senhores entendam que ao fazer a reafecção dessa verba para o pagamento de despesas, eu estaria a violar um dos artigos do próprio orçamento que diz que para a execução de despesas tem-se que contrair só créditos concepcionais. Portanto, pela natureza desse crédito, não pode, e é isso que quero que entendam, ser para financiamento de despesas inscritas. É uma linha de crédito e é preciso que a gente tenha isso em conta. Sei que os Srs. Deputados têm muitos argumentos, mas é preciso que entendam e só não entende aquele que não quer entender.

Eu em relação a isso prefiro não dizer mais nenhuma palavra e se os Srs. Deputados quiserem fazer afectação façam, mas quero assegurar-vos que não haverá execução.

O Sr. **Presidente**: — Já houve duas propostas de alteração. Uma tem a ver com a rubrica «missões no exterior», feita pelo Deputado António Barros, e outra é sobre a linha de crédito para empreendedorismo jovem, feita pelo Deputado Gaudêncio Costa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu não falo muito, mas falo de coisas concretas e o concreto que queremos dizer ao Sr. Ministro é que o papel que a Secretaria de Estado vai desempenhar é o mesmo papel que queremos que desempenhe. O dinheiro vai estar mesmo no banco, é só isso e a rubrica vai ter o mesmo nome, não vamos alterar.

1. Em relação ao Sr. Secretário que falou de Sócrates que «só sabe que nada sabe», não vou citar Marx que diz que «o meio social é que vai determinar o indivíduo», mas quero falar do mais recente filósofo que é Schopenhauer que dizia: «não há objecto sem subjecto». É o mais recente e que nós tomamos em consideração.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — *Ah! Ainda bem.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, depois de ouvi-lo, fiquei um pouco preocupado. A nobreza do empreendedorismo juvenil leva-nos também a ter alguma prudência. Conhecendo o mercado que temos, porque é que o Governo vai optar por um empréstimo não concepcional para investir numa actividade que sabemos que acarreta riscos?

Quando fazemos essas propostas, não são inocentes. É verdade que é importante fomentarmos o empreendedorismo juvenil, mas, Sr. Ministro, *step by step*. Não podemos, na nossa perspectiva, fazer uma actividade ainda não consolidada. Desmintam-me se quiserem. O Governo vai contrair, em nome do Estado são-tomense, um crédito, segundo as suas palavras, não concepcional? Estou preocupado.

Outra questão, o nosso parceiro é a China (Taiwan). Nós todos, e sobretudo nós que estivemos no governo, sabemos da flexibilidade, da abertura e da compreensão desse nosso parceiro. Eu acredito, Sr. Ministro, que se o Governo se apropriar dalgumas actividades que temos aqui inscritas conseguiremos negociar com esse parceiro, mas tenho para mim que há uma manifesta má vontade, sem conhecer sequer as propostas que temos aqui. Repito, há uma manifesta má vontade da parte do Governo.

Eu quero dizer a todos aqui nesta sala que o interesse que São Tomé e Príncipe tem que resolver não é só da parte do Governo.

Eu não embarco em nenhuma proposta para criar dificuldades ao Governo. Recuso-me a embarcar em qualquer proposta que crie dificuldades ao Governo, mas conhecendo São Tomé como conheço, eu tenho que exercer o meu papel.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, confesso que, intervenção após intervenção, vou ficando mais preocupado.

O Sr. Ministro disse que expedientes normais temos que fazer. Eu conheço os expedientes que a Assembleia deve fazer e em que momento, para a solicitação de determinados pedidos. O que eu quero dizer é que o Governo trouxe a esta Casa Parlamentar um orçamento para ser aprovado. Logo é competência e obrigação do Governo convencer a Assembleia a aprovar o seu Orçamento. É desejo e vontade da Assembleia trazer já as coisas previamente esclarecidas. É por isso que os anexos devem vir, trazendo os acordos. Como não trouxe, tudo bem, depois pedimos. O expediente é para que o Governo traga o compromisso que tem que estar incorporado no orçamento, mas a minha preocupação agora é

maior quando me diz que o crédito é não concepcional. Um crédito não concepcional para o empreendedorismo para fazer o quê? O crédito não concepcional já está no banco. Qualquer um dos senhores que quiser ir ao banco fazer um empréstimo pode fazê-lo, só que o empréstimo não está nas condições concepcionais. Dizer que o crédito não é concepcional e pô-lo aqui? Não! Então, mais uma razão para nos trazerem o acordo. Agora, não queiram que eu aprove o orçamento e depois pedir o acordo. Primeiramente tragam o acordo para que eu aprove o orçamento. Tenho que o conhecer.

Portanto, Sr. Presidente, não somos ingénuos. Nós também temos experiências e informações.

Sr. Ministro, vou dizer-lhe uma frase em russo que é: «vacrukre dókalav».

**Uma Voz:** — Em volta do mesmo assunto.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): Não, com um outro sentido. Nós estamos em volta, mas não atingimos o verdadeiro sentido.

Sr. Ministro, desculpe que lhe diga, mas a questão não tem nada a ver com o que está a dizer. Havendo vontade e interesse, garanto-lhe que com este doador é só ir e estará feito. O senhor sabe que nós sabemos. Por isso, não tente enganar-nos.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional:** — Sr. Presidente, acho que eu não quero entrar em debate sobre vários aspectos, mas só quero reforçar, porque não quero ser irresponsável. Como disse, até poderia dizer: «ok, façam a reafecção» e no momento da execução não poderia executar.

As propostas que até aqui os Deputados estão a fazer quanto a deslocações, não obstante eu ter a minha reserva em relação a forma como estão a fazê-las, orçamentalmente consigo executar. As que se enquadram no orçamento consigo e não protestei, mas em relação a essa proposta concreta avisei e espero que os Srs. Deputados entendam. Não é porque há uma má vontade. Se houvesse uma má vontade eu podia dizer, enquanto Ministro, que está muito bem e no momento da execução dizer que não consigo executar, porque há um princípio assim, assim.

Só estou a chamar atenção. Se os Srs. Deputados insistem em que a gente afecte a verba, ela vai ser afectada orçamentalmente, mas em termos de execução não será factível. Eu gostaria de chamar atenção para esse facto.

O Sr. **Presidente:** — Julgo que já avançamos bastantes argumentos aqui.

Sr. Ministro a sua chamada de atenção fica nos nossos registos e se os Srs. Deputados ainda mantêm as duas propostas em relação a missões no exterior e empreendedorismo juvenil, devem dizer qual é o destino, porque até agora também não está claro.

O Sr. Deputado Gaudêncio Costa não explicou exactamente qual será o destino que irá dar a esse montante. Tem-se alegado que estamos em sede própria para se discutir isso e assim acho que podia ser um pouquinho mais claro.

Assim sendo, eu não entro nestes detalhes e vamos passar à votação da primeira proposta que é para manter a verba que tem a ver com missões no exterior.

*Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.*

Passemos à segunda proposta que é retirar a verba da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para o Ministério das Finanças. Que metade? Qual vai ser a reafecção de outra metade? Também tem que ser claro. A proposta completa é que eu gostaria de saber. Qual é a verba que fica?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MNLSTP/PSD): — É para retirar e passar para o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Presidente:** — Todo montante?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MNLSTP/PSD): — Quando discutirmos com o Sr. Ministro das Finanças apresentaremos a proposta global da reafecção, porque há redução das viagens.

O Sr. **Presidente:** — A gestão dessa verba passa a ser feita nas Finanças e não na Secretária de Estado?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MNLSTP/PSD): — Sim, no Ministério das Finanças.

O Sr. **Presidente:** — Mesmo sendo uma verba alocada para o empreendedorismo jovem? Assim o Ministro das Finanças passará a ter esse objectivo na sua gestão?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MNLSTP/PSD): — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Já não vai ser o objectivo a ser gerido pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto?

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Bom, enfim! A República será o que os Srs. Deputados quiserem e é a única coisa que posso dizer.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — Sr. Presidente, quero fazer só um esclarecimento. O Governo quer saber qual é o montante que fica para ser transferido ao Ministério das Finanças e qual é o montante que se vai retirar. Não queremos saber o destino dos montantes. Queremos saber quanto é que se vai retirar da verba e o resto que ficar para ir para o Ministério das Finanças.

Queremos saber só quais são esses dois valores, antes de se votar a proposta.

A reafecção é depois da votação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Nós retiramos a totalidade da verba como fizemos com o Ministério do Plano e Desenvolvimento. Retiramos a totalidade da verba para o Ministério das Finanças e depois com o Sr. Ministro das Finanças discutiremos como reafectá-la.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, querem que o objectivo que era da Secretária de Estado passe a ser do Ministério das Finanças e Cooperação internacional? Em termos de objectivo é que estou a dizer.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Passa para Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, como fizemos com o Ministério do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Presidente**: — Não só em termos de verbas, mas também em termos de objectivo.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Porque é crédito.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à votação da realocação, reafecção ou retirada da verba.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — É realocação.

O Sr. **Presidente**: — É uma retirada, porque se está a retirar tudo para outro Ministério.

*Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.*

Sr. Secretario de Estado da Juventude e Desporto, muito obrigado pela sua presença.

Acabou-se de aprovar o seu orçamento e se quiser nos deixar poderá fazê-lo, porque vamos apenas fazer o ajuste do orçamento da Assembleia, em consonância com o OGE.

Está encerrada a reunião.

*Eram 10 horas e 30 minutos.*